

VI Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da América Latina

Declaração Final

Os Ministros da Presidência e Equivalentes da América Latina, reunidos no seu Sexto encontro anual na cidade de Buenos Aires no 18 dia do mês de Setembro de 2001, declaram:

1. À passagem do décimo aniversário da Primeira Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em Guadalajara, México, renovamos a nossa adesão à comunidade Ibero-Americana das Nações como um espaço privilegiado de concertação política, cooperação e solidariedade, com um papel cada vez mais activo e influente na cena internacional, sustentado nas profundas afinidades históricas e culturais e na riqueza da diversidade.

2. A Comunidade Ibero-Americana das Nações e as Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo constituem o quadro político e conceptual da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes. Neste sentido, assumimos como próprios os compromissos explicitados pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira do Panamá no sentido de "promover e defender a democracia e o estado de direito; o pluralismo político e a identidade cultural; os direitos humanos nas suas vertentes civis e políticas, económicas, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento, o respeito pelos princípios de soberania e de integridade territorial, de não intervenção, a recusa do uso ou ameaça do uso da força nas relações internacionais, a solução pacífica das controvérsias e o direito de cada povo a constituir livremente, em paz, estabilidade e justiça, o seu sistema político..."

3. Aderimos ao lema da XI Cimeira **"Unidos para construir o amanhã"** que se realizará em Lima, Peru, no mês de Novembro do presente ano, manifestação que sintetiza o espírito da comunidade ibero-americana como um projecto comum que promove a paz, a integração e o crescimento com equidade.

4. O desejo de que todas as organizações políticas, sociais e culturais Ibero-Americanas tenham na sua agenda permanente a defesa da paz e da luta contra o terrorismo e a violência irracional. "Unidos para construir o amanhã" só será possível no âmbito da paz e do respeito pelos princípios democráticos.

5. O fortalecimento da governabilidade democrática foi um objectivo permanente da nossa comunidade de nações. Isto requer autenticidade representativa, cidadania activa e políticas públicas que promovam a inclusão social. A democracia reforça-se e aprofunda-se com a participação permanente e quotidianamente activa e com políticas que promovam a inclusão social. A democracia reforça-se e aprofunda-se com a participação permanente e quotidiana dos cidadãos. Fomentar e promover a participação de todos os sectores da sociedade nas decisões, contribui para o fortalecimento da democracia. Reafirmamos a nossa adesão à Declaração de Viña del Mar no sentido de que "na América Latina avance a descentralização, e se

desenvolvam espaços políticos, económicos, administrativos e territoriais viáveis para tornar o Estado mais eficiente".

6. Reconhecemos a sociedade civil como um elemento fundamental no funcionamento dos sistemas democráticos e um eixo incontestável de articulação na gestão dos assuntos públicos e na resolução do défice social. O apoio e estímulo para um adequado e legítimo protagonismo cívico da sociedade civil é uma garantia da qualidade da democracia. A sociedade civil é uma garantia da qualidade da democracia. A sociedade civil é um aliado do estado pelo alcance, a diversidade, a criatividade e a eficácia das suas organizações. O estado deve promover os quadros jurídicos e as instituições apropriados ao desenvolvimento da participação dos cidadãos.

7. A nossa comunidade de nações registou importantes avanços na consolidação da democracia. O desafio que enfrentamos é o de que a democracia seja um instrumento eficaz para diminuir a dívida social para com os nossos povos, integre os excluídos pela pobreza e pelas desigualdades e fortaleça a confiança e o respeito nas instituições e nos partidos políticos.

8. Consideramos que a Reunião de Ministros da Presidência da América Latina é um espaço adequado para procurar a cooperação no âmbito político, tal como foi definida pela 6ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Viña del Mar. Esta cooperação concentra-se numa reflexão colectiva sobre o andamento da democracia nos nossos países, através do intercâmbio de experiências nacionais relacionadas com o funcionamento das nossas instituições políticas fundamentais, com a formulação e aplicação de políticas públicas e com o fortalecimento dos nossos organismos de concertação.

9. Valorizamos e destacamos os avanços alcançados pelas diferentes iniciativas de cooperação do conjunto de Ministros da Presidência e Equivalentes desde a sua primeira Reunião, realizada em Santiago de Chile em 1995, e em especial, o cumprimento durante o ano de 2001, dos acordos alcançados no México durante a 5ª Reunião, na qual se lançaram as bases de funcionamento da Escola Ibero- Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP).

10. Manifestamos a nossa satisfação pela constituição e entrada em funcionamenro da IBERGOP, o que significa a materialização de um dos objectivos prioritários desta organização: a construção de um espaço para a colaboração entre os governos da comunidade ibero-americana, que fomente o intercâmbio de informação e experiências para o fortalecimento das instituições e a governabilidade democrática através da formação, do ensino especializado e da investigação. Assim manifestaram os Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos na Declaração do Panamá no ano de 2000, através do expresse reconhecimento da IBERGOP, no quadro da Cooperação Ibero-Americana.

11. Damos as boas vindas aos cursos, que no quadro da IBERGOP, foram realizados na sede do México e os que serão inaugurados proximamente no Brasil e em Portugal.

12. Manifestamos o nosso especial reconhecimento à Presidência da República Argentina, através da sua Secretaria Geral, pela sua hospitalidade e fraternas boas

vindas que possibilitaram a realização desta 6ª Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da América Latina.

Acordos

Por ocasião da 6ª reunião, Os Ministros da Presidência e Equivalentes da América Latina acordam em:

1. Condenar os ataques terroristas contra as cidades de Nova Iorque e Washington D.C., registados na passada Terça Feira 11 de Setembro, solidarizando-nos com as vítimas e as suas famílias, e acompanhando o povo norte-americano na sua dor.
2. Dar conformidade ao desenvolvimento da Escola Ibero- Americana de Governo e Políticas Públicas – IBERGOP -, bem como à constituição dos seus órgãos de condução, o Conselho Académico e o Conselho Superior.
3. Manifestar apoio aos Programas Académicos das seis sedes nacionais da IBERGOP: Argentina, Brasil, Costa Rica, Espanha, México e Portugal. Recomendar, que patra além dos programas permanentes, sejam promovidos programas itinerantes.
4. Criar una Rede de investigação de universidades públicas e privadas na América Latina com o objectivo de fomentar o estudo e a análise comparativa da instituição presidencial nos países ibero-americanos.
5. Ratificar a actuação da Secretaria de cooperação ibero- americana como Secretaria Técnica de IBERGOP e exprimir o nosso reconhecimento pelo apoio prestado, tornando possível a sua formalização e início de funções.
6. Instruir a Secretaria de Cooperação Ibero-Americana para que exponha junto da XI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da América Latina, do modo que entenda conveniente, a proposta para que a IBERGOP se constitua num projecto ibero-americano de Cooperação.
7. Apoiar o sistema de informação em rede a cargo da Presidência do México (RIMPE e RICOMADE), incentivando o intercâmbio de informação e experiências sobre o funcionamento das Presidências e sobre os processos de descentralização.
8. Impulsionar, no âmbito dos programas previstos, mecanismos que permitam partilhar experiências, informação, formas de organização e modalidades de funcionamento dos Ministérios das Presidências e Equivalentes da América Latina.
9. Desenvolver esforços para que a XI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da América Latina apoie o desenvolvimento da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento que se realizará em Espanha entre 8 e 12 de Abril de 2002.
10. Apoiar o Seminário sobre Consolidação dos Processos Democráticos na América Latina que se realizará em Madrid durante a última semana de Novembro de 2001.
11. Agradecer a Portugal por ter aceite constituir-se como sede da 7ª. Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da América Latina, que se realizará durante o segundo semestre de 2002 e na qual se debaterá "A modernização do Estado no contexto da Globalização".

12. Solicitar à Secretaria Pro Témpore que remeta, através dos canais correspondentes, a presente Declaração, em idioma espanhol e português, para consideração dos Chefes de Estado e de Governo da América Latina.